

CÁLCULO DO GOVERNO É DE CR\$ 1,9 TRILHÃO

Aureliano quer distribuir excesso de arrecadação

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Presidente da República em exercício, Aureliano Chaves, encaminhou, para apreciação do Congresso Nacional, projeto de lei que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares no valor de Cr\$ 1,9 trilhão, provenientes do excesso de arrecadação, previsto em Cr\$ 2,4 trilhões. Como Cr\$ 497 bilhões são de recursos vinculados, o Executivo só pode redistribuir o que resta à disposição da União, no caso, os Cr\$ 1,9 trilhão.

Segundo a exposição de motivos do Ministro do Planejamento, Delfim Netto, a distribuição do excesso de arrecadação contemplará "as ações julgadas da mais alta prioridade, face ao quadro econômico e social ora enfrentado". Com esta filosofia, a maior parte dos recursos, Cr\$ 879,7 bilhões, foi destinada à liquidação de compromissos do Tesouro Nacional.

A segunda maior alocação foi para atender aos programas a serem implementados com aporte de recursos na reserva de contingência, que somam Cr\$ 371,3 bilhões, sendo Cr\$ 311,3 bilhões para pagamento de pessoal, encargos sociais e ajuste da execução orçamentária, e o restante — Cr\$ 60 bilhões — para o atendimento às calamidades públicas.

Dos recursos destinados aos compromissos do Tesouro Nacional, Cr\$ 322 bilhões serão aplicados nos encargos das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs) e Cr\$ 57,4 bilhões nos encargos da dívida externa do setor público — conhecida como Aviso GB-588 (pagamento pelo Banco Central de dívidas não honradas pelas empresas estatais).

Para a cobertura de diferença na comercialização do trigo, será aberto o crédito suplementar de

Cr\$ 285,3 bilhões, enquanto que para a política de preço nacional equalizado do açúcar e álcool serão destinados Cr\$ 82 bilhões e para a garantia de preços mínimos Cr\$ 63 bilhões. Ainda na área agrícola, o Proagro foi contemplado com Cr\$ 31 bilhões e o Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola (Fundag) com Cr\$ 12 bilhões. Para o plano de estoques reguladores foram Cr\$ 27 bilhões.

Segundo o projeto de lei, para o resgate da dívida interna e externa — dos ministérios da Aeronáutica, Agricultura, Interior, Marinha e Transportes — foram destinados Cr\$ 141,7 bilhões, enquanto que a manutenção da força de trabalho na frente da seca na região Nordeste absorveu Cr\$ 70 bilhões. Foram destacados, também, os recursos que serão aplicados com encargos de mutuários do Sistema Financeiro de Habitação, somando Cr\$ 4 bilhões.

A exposição de motivos do Ministro Delfim Netto prevê que os recursos decorrentes da contenção em 12 por cento nas despesas orçamentárias deste ano — medida adotada em dezembro de 1982 — poderão ser utilizados no reforço de dotações para pessoal e encargos sociais, bem como no atendimento de responsabilidades do Tesouro Nacional junto às autoridades monetárias, com a abertura de créditos suplementares.

EXCESSO

O excesso de arrecadação foi motivado, principalmente, pela previsão de que os recursos provenientes da cobrança do Imposto de Renda (IR) superarão em Cr\$ 1,388 trilhão a estimativa inicial, que era de Cr\$ 2,282 trilhões. A arrecadação do IR foi reestimada em Cr\$ 3,67 trilhões, possível devido à

adoção das seguintes medidas: antecipação dos prazos de recolhimento pelas pessoas físicas; implantação da correção monetária para os que pagam imposto; elevação das alíquotas para antecipação do imposto de aluguéis; antecipação para este ano de parte do imposto que seria pago em 1984, no caso de empresas financeiras; aplicação de adicional na fonte sobre ganhos de capital; e tributação sobre os ganhos no open market.

Na área do comércio exterior, a maxidesvalorização do cruzeiro em 30 por cento, adotada em fevereiro passado, proporcionou um excesso de arrecadação no imposto de exportação de Cr\$ 171 bilhões. No imposto de importação, embora haja redução no volume de compras externas, a máx implicará uma receita adicional de Cr\$ 100 bilhões. Com relação ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a exposição de motivos revela que a receita adicional foi de Cr\$ 75 bilhões, considerada como "um pequeno excesso de arrecadação" e atribuído às elevações no preço dos cigarros e ao crédito-prêmio à exportação.

Também contribuiu para o excesso de arrecadação a cobrança do Finsocial, com os recursos adicionais gerados estimados em Cr\$ 350 bilhões, além do ingresso advindo do empréstimo compulsório — Cr\$ 60 bilhões — que será aplicado nas despesas decorrentes de calamidades públicas. Por outro lado, a exposição de motivos esclarece que o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), imposto único sobre lubrificantes e combustíveis e a cota-partes dos combustíveis apresentarão um nível de arrecadação inferior à estimativa orçamentária em, respectivamente, Cr\$ 160 bilhões, Cr\$ 35 bilhões e Cr\$ 165 bilhões.